



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**REUNIÃO FINAL DO PROCESSO  
DE  
REVISÃO ANUAL 2012**

Intervenção de Sua Excelência Aiuba Cuereneia  
Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Maputo, 07 de Maio de 2012

**SENHORES MEMBROS DO GOVERNO DA REPÚBLICA DE  
MOÇAMBIQUE, EXCELÊNCIAS,**

**SENHORES VICES-MINISTROS, EXCELÊNCIAS,**

**SENHORES EMBAIXADORES, EXCELÊNCIAS,**

**SENHORES REPRESENTANTES DOS PAÍSES DE APOIO  
PROGRAMÁTICO, EXCELÊNCIAS,**

**SENHORES REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS  
EXCELÊNCIAS,**

**SENHORES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL,**

**DISTINTOS CONVIDADOS,**

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

1. É com renovada honra que me dirijo a Vossas Excelências aqui presentes nesta reunião final do processo da Revisão Anual, edição 2012, relativa a avaliação do desempenho do Governo e dos Parceiros de Apoio Programático em 2011.
2. Permitam-me, porém, que em nome do Governo e em meu nome pessoal, enderece calorosa saudação a todos vós. Aos nossos parceiros internacionais, em particular, as felicitações são extensivas aos Governos e Povos, de cada um dos Estados e Instituições que

V.Excias representam, pelo inequívoco interesse continuado que tem apoiado e seguido as reformas em Moçambique.

3. Apraz nos constatar que esta reunião decorre, quatro dias depois, da nossa estratégia de redução da pobreza, o PARP ter completado um ano de vigência desde a sua aprovação a 03 de Maio de 2011, cujo o enfoque assenta nos objectivos de (i) Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pesqueira, (ii) Promoção do Emprego, (iii) Desenvolvimento Humano e Social, suportados por dois pilares, nomeadamente, a Gestão Macroeconómica e de Finanças Públicas; e a Boa Governação.
4. Os progressos do primeiro ano da implementação do PARP foram detalhadamente apresentados na décima primeira sessão do Observatório de Desenvolvimento, enquadrada no processo da presente revisão.
5. Permitam-me, todavia, que de forma breve, apresente alguns desses progressos. Com efeito, não obstante o ambiente internacional caracterizado pelas crises sucessivas que tem conduzido a recessão económica conjugada com a instabilidade de produtos essenciais, como petróleo, o nosso país logrou alcançar, em 2011, um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 7.1%; a inflação média situou-se em 10.4%; as exportações atingiram 2.7 milhões de dólares; o número de projectos de investimento aprovados situou-se em 272 correspondentes a um valor de 3 mil milhões de dólares e com potencial para criação de cerca de 39 mil novos empregos.

6. Adicionalmente, as nossas reservas internacionais foram suficientes para cobrir cerca de 5 meses de importação. De notar que, do volume das nossas importações em 2011, os combustíveis tiveram um crescimento de 86%, uma demonstração clara do impacto da flutuação do preço do petróleo no mercado internacional.

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

7. A Revisão Anual de 2012 que hoje chega ao seu término foi um processo desafiante na medida em que é a primeira que adopta a nova estrutura dos Grupos Temáticos de acordo com a nova abordagem do PARP, constituído por 12 Grupos Temáticos contra os 29 Grupos de Trabalho dos anos anteriores. Pelo que, prevaleceu, na medida das circunstâncias um sentido de cooperação, abertura entre as partes, profundidade nos debates e por último, o alcance daquilo que é desejável, consensos.
8. Os consensos registados entre as partes, traduzem o consolidar deste processo, o crescimento e desenvolvimento do diálogo entre o Governo e os Parceiros, havendo todavia, margens significativas para a superação dos desafios registados na qualidade do diálogo técnico de nível sectorial, bem como dos dados que constituem o suporte principal para as avaliações.

9. Apraz-me, neste sentido, pese embora os desafios apontados, notar que todos intervenientes do Governo, da Sociedade Civil e dos Parceiros foram capazes de identificar os progressos na implementação dos programas do Governo, onde o desempenho medido através do Quadro de Avaliação do Desempenho mostra que 56% das metas foram alcançadas contra 47% registadas em igual período do ano anterior.
10. Outrossim, os intervenientes foram unânimes, também, em identificar aqueles aspectos que não tiveram melhor desempenho e, por conseguinte, devem merecer uma atenção especial para o futuro.
11. Neste sentido, queremos reafirmar o compromisso do Governo em lidar com a devida responsabilidade para reportar ainda mais progressos nas futuras revisões através de cumprimento das metas estabelecidas e um olhar redobrado aos assuntos de atenção especial.
12. No quadro do princípio de prestação de contas mútua e da apropriação, durante este processo da Revisão Anual, o Governo realizou, pela primeira vez, sem apoio de consultores, a avaliação do desempenho dos nossos Parceiros de Apoio Programático e Membros Associados. Um breve resumo desta avaliação será objecto de apresentação nesta reunião.
13. Estamos cientes que esta avaliação pode não ser totalmente perfeita, mas constitui uma base encorajadora para o aprofundamento

do conhecimento sobre o desempenho dos nossos parceiros no que concerne a eficácia da ajuda no nosso País.

14. Neste sentido, queremos agradecer a contribuição dos parceiros na provisão de informação de suporte, preenchimento do questionário e disponibilidade para as entrevistas que foram conduzidas.
15. Ao Alto Comissariado do **Canadá**, em particular, agradecemos o apoio financeiro concedido para a realização do retiro e Seminário de auscultação do desempenho dos Fundos Comuns que, permitiu a conclusão, com sucesso, da Avaliação do Desempenho dos Parceiros conduzida pelo Governo.

#### **MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

16. O Governo de Moçambique continua firmemente empenhado na luta contra a pobreza através da promoção do crescimento económico abrangente visando o bem-estar da população. Neste processo, para além das acções que incidem na esfera social, o Governo privilegia a criação dum ambiente favorável ao investimento e desenvolvimento do empresariado Nacional; a melhoria da Gestão de Finanças Públicas e combate cerrado à corrupção.
17. Na prossecução desta agenda o Governo tem vindo a implementar reformas nas diferentes áreas de actuação sendo de destacar o incremento na arrecadação de receitas internas pela via do alargamento da base tributária; a consolidação e expansão do e-SISTAFE para

cobrir mais instituições de nível central e provincial, estando neste momento a cobrir cerca de 50 distritos; a adopção da legislação sobre Parcerias Público Privadas, concessões empresarias e empresas públicas; bem como o aumento da cobertura e número de auditorias pelo Tribunal Administrativo.

18. No que concerne a Boa Governação temos vindo a melhorar o atendimento e a prestação de serviços ao cidadão; a capacitar e criar condições de trabalho para as instituições da Justiça e a efectuar reformas legislativas específicas para o combate à corrupção, sendo a conclusão e submissão à Assembleia da República do Pacote Legislativo sobre a Anti-Corrupção, uma das amostras do nosso cometimento.

19. Face aos progressos e os desafios que temos pela frente gostaríamos de reiterar o cometimento do Governo no sentido de juntos trabalharmos para superação dos obstáculos e alcance dos objectivos partilhados.

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

20. O Apoio Geral ao Orçamento, a par de outras modalidades de apoio concedidos pelos nossos parceiros internacionais constituem elementos cruciais para a implementação, com sucesso, dos programas de desenvolvimento do País.

21. É neste sentido que, o Governo reitera o seu apreço pelo contínuo apoio e incremento do volume total da ajuda que os Parceiros de Apoio Programático e seus Membros Associados têm proporcionado ao País.
22. Todavia, persistem desafios que o Governo julga que devem ser tomados em consideração para o aprimoramento da nossa parceria. Passo em seguida, a mencionar alguns deles.
23. Não obstante os progressos registados prevalece a necessidade de incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos.
24. Cientes, da pertinência da Tranche Variável (TV) reiteramos a necessidade de se estabelecer mecanismo claro e transparente de gestão da Tranche Variável de modo a não prejudicar, a médio e longo prazo, o princípio da previsibilidade. Note-se que influxos, cada vez mais, regulares e previsíveis, no médio e longo prazos, constituem base para a viabilização de uma planificação e orçamentação mais efectiva e eficiente.
25. De igual modo, e dada a importância que se reveste a base de dados do financiamento externo (ODAMOZ) para alimentar (i) o processo de elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo, instrumento que prevê o envelope de recursos e a despesa a realizar num período de 3 anos e (ii) o Orçamento do Estado de cada ano, encorajamos que se preste



maior atenção na disponibilização de informação dos fluxos externos com maior qualidade. Adicionalmente, esta base de dados deve continuar a ser transparente e acessível a todos os interessados.

26. A proliferação de missões traduz-se na produção de muitos relatórios de avaliação e monitoria; cada missão requisita reuniões com funcionários seniores e comentários da parte do Governo para cada relatório produzido. Como se pode constatar este cenário impõe um fardo administrativo pesado aos países menos desenvolvidos, como é o nosso.
27. No que diz respeito, ao número de missões que escalam ao País o nosso entendimento é que devem ser encorajadas missões conjuntas e coordenadas de modo a diminuir os custos de transacção para o Governo.

**MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,**

28. Como em ocasiões anteriores, este processo da revisão beneficiou, desde o princípio de uma ampla participação de todos, entre quadros do Governo, dos representantes do Parceiros de Cooperação e das Organizações da Sociedade Civil, aos quais endereçamos a nossa saudação e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.
29. Paralelamente, queremos aproveitar esta oportunidade para enaltecer, em particular, a dedicação e trabalho desenvolvido pela

**Troika** liderada pelo **Canadá** que deixará a Presidência para **Dinamarca** após a Cerimónia do Anúncio dos Compromissos Orçamentais para 2013 na próxima reunião.

30. Como poderão ter constatado na agenda desta reunião, a seguir serão apresentados os resultados da Revisão Anual que mostram o desempenho registado e os desafios prevaletentes quer, do Governo quer, dos Parceiros.
31. A terminar, reafirmamos, o cometimento do Governo, em continuar a pautar pela determinação e persistência na procura conjunta de soluções inovativas aos desafios através de um diálogo aberto, franco, e participativo com o objectivo principal de promover, cada vez mais, a boa governação e combate à pobreza no nosso País.
32. Com estas palavras, minhas senhoras e meus senhores, declaro solenemente aberta a Reunião Final do Processo de Revisão Anual de 2012.

Muito Obrigado pela Vossa Atenção!